PIMENTA, Jussara Santos. *Leitura, arte e educação*: a biblioteca infantil do Pavilhão Mourisco (1934-1937). Curitiba: Editora CVR, 2011. 170 p.

José António Afonso[1]

joseamm.afonso@gmail.com

O interessante estudo de Jussara Pimenta (2011) remete a três dimensões que em articulação devem ser entendidas: uma primeira nos introduz na particular ambiência cultural, política e pedagógica da Primeira República Brasileira, muito especialmente entre os anos 20 e a parte final da década de 1930; a segunda é uma expressiva exploração do modo como se foi constituindo e configurando a institucionalização dos níveis de ensino (em especial a educação básica) no Distrito Federal do Rio de Janeiro; e, por último, é um contributo pertinente para se compreender como se gera, num momento particular, o mundo do livro infantil e da leitura num contexto de refundação e inovação pedagógicas. É transversal a essas dimensões, a emergência de um trajeto biográfico muito singular – o indelével protagonismo de Cecília Meireles, como intelectual intrinsecamente comprometida com a afirmação de uma literatura infantil renovada, mas fundamentalmente empenhada na sua difusão e na criação de espaços de leitura exclusivamente vocacionados e direccionados para um público emergente: as crianças e os jovens. É justamente nesse campo que é destacada a dinâmica do Pavilhão Mourisco – experiência pioneira e ousada, que incompreensivelmente foi encerrada com base num argumento espúrio: o ter um livro com "conotações comunistas" – desde a sua criação até ao abrupto encerramento pelo Estado Novo Brasileiro. Certamente, esse período de ditadura teve implicações extremas em cercear a galvanização educativa que vinha sendo a alma reformista, exponenciada a partir da designada Revolução de 30, mas o ímpeto reaccionário se alastrou a todos os níveis da vida social e política com consequências bem

1 Universidade do Minho. Doutor em Educação pela Universidade do Minho, Braga, Portugal.

severas. Essa é uma outra história, mas um dos índices dessa vertigem é precisamente o encerramento deste "*Keindergarten* literário" (para usar uma sugestiva expressão de Franco Moretti).

Cecília Meireles é a personagem que nos guia nesta viagem, através da empática mão de Jussara Pimenta, que nutre uma reverência e fascínio pela frontalidade cívica da "poetisa-pedagoga" (aliás, demonstrada pela singular titulação dos capítulos do livro: um poema ou estrofes de Cecília Meireles) que nos "permite conhecer toda uma época". (p. 19) Através de apontamentos biobibliográficos de Cecília Meireles, poderemos acompanhar as "décadas de esperança". Jussara Pimenta opta por ir introduzindo paulatinamente o leitor, desde o nascimento de Cecília Meireles, em 1901, nas múltiplas transformações que ocorreram na sociedade brasileira (ocupando o Rio de Janeiro uma ancoragem particular). Até a criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE), a narrativa se constrói em torno de um espaço que cresce com a miragem de ser uma "grande metrópole" e o borbulhar das novas ideias pedagógicas, que vão sendo "trazidas por intelectuais brasileiros que haviam estado no exterior" (p. 26) – fazendo-se nesse ponto uma homenagem a Anísio Teixeira – e a sua materialização, o período das grandes reforma. Uma jovem professora vai alicerçando a implicação cívica e compaginando a crença republicana na educação. Não sem dissabores (referese-se à polêmica com os círculos católicos, p. 28 et *seq*.), Cecília Meireles exorta que o "novo professor" deve ter: "[...] a capacidade de amar largamente o passado, sem se curvar a ele; de perceber o presente, tanto quanto é possível vê-lo de perto, sem o oferecer no entanto, como uma era definitiva; e, entre um e outro, ter essa alegria do futuro que se espera sempre como um bem maior". (p. 29) Nos anos 30, Cecília Meireles, envolve-se na poesia e na educação, mas descobre o jornalismo como um meio de intervenção (e de militância): as suas crônicas na "Página de Educação", do *Diário de Notícias*, são um excelente repositório das esperanças (nascidas com a inaugural Revolução de 30), mas progressivamente se revestem de desilusão, refletindo os constrangimentos que no âmbito educativo se vão evidenciando – destacando-se a "instituição do ensino religioso facultativo nas escolas publicas", tida como um "choque frontal com as

concepções dos renovadores" (p. 37 et seq.), o que, no limite, implicava que a "democratização máxima do ensino, da escola única" (como enfatizou Cecília Meireles) retrocedesse de modo inexorável. No campo educativo, as tensões políticas e ideológicas originam rupturas na ABE – os setores conotados como católicos abandonaram a Associação; "os que alinhavam com os preceitos escolanovistas" permaneceram e, em 1932, elaboram o Manifesto ao povo e ao governo. (p. 41 et seq.) Cecília Meireles (uma das três mulheres subscritoras) reitera que o "Grupo do Manifesto" pretende "levar adiante a obra da educação" com "consciências da responsabilidade, o desejo da acção e uma confiança perfeita no poder da vontade desinteressada". (p. 42-43) Também, no Diário de Noticias, e na mesma altura, coordenou a "Página da Criança", em que denotou a preocupação "em fazer chegar até aos seus leitores-mirins obras de qualidade, que suscitassem o gosto pela leitura" (p. 44). Cecília Meireles colaborou ainda n'A Nação e n'A Manhã, no Correio Paulista e no Folha Carioca, retornando, já nos anos 50, ao Diário de Notícias.

A preocupação pela literatura infantil começa nos anos 20, certamente como corolário das ideias escolanovistas, mas em íntima relação com a crescente preocupação com a escola pública, em que o protagonismo da recente ABE é evidente (p. 51 et seq.), através da seção de Cooperação da Família e da sua dinâmica Comissão de leituras infantis, que em 1926 lança o "primeiro inquérito sobre Leituras Infantis" realizado para "investigar a preferência de leitura de jovens cariocas" – entre os 8 e 17 anos, de "22 escolas públicas e particulares, urbanas e rurais, brasileiras e estrangeiras do Distrito Federal" –, que evidenciou a "precaridade das bibliotecas nos estabelecimentos de ensino" e a "preferência dos alunos por autores estrangeiros". (p. 56) Como reação, a Comissão organizou a 1ª Exposição de livros infantis brasileiros e estrangeiros, promoveu palestras e debates e difundiu "listas de livros recomendados"; a biblioteca para crianças e adolescentes. Em 1928, nasce a revista infanto-juvenil O tico-tico. Em 1929, Helena Antipoff realiza um inquérito em Belo Horizonte para conhecer as "Ideias e Interesses das Crianças". Em 1931, Cecília Meireles "iniciou um inquérito semelhante, Leituras Infantis, publicado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais em 1934, que serviu de base para a constituição do

acervo da primeira biblioteca pública infantil do Pavilhão Mourisco". (p. 60) Em 1930, a ABE lança um segundo inquérito, em que saúda "o início de uma genuína leitura infantil brasileira: o acontecimento Monteiro Lobato". (p. 60) Organiza a 2ª Exposição de livros infantis, promove palestras e começa a disseminar a "hora do conto". O sucesso dessa iniciativa se plasma num memorial elaborado pela ABE em que se apontam as "condições mínimas que tornam aceitável o livro para crianças". (p. 62-63) Em 1934, a 3ª Exposição de literatura infantil é um acontecimento notável pela sua amplitude, mundividência e cosmopolitismo. A questão das bibliotecas escolares ganha uma dimensão notável, contudo, a campanha "não surtiu o efeito esperado" (p. 64), deixando, no entanto, um lastro, que vai ser recuperado por Anísio Teixeira (secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal), que inaugura a "primeira Biblioteca Pública Infantil do país, a do Pavilhão Mourisco, cuja direcção confiou a Cecília Meireles, bem como a organização de um plano para a instalação de bibliotecas escolares. (p. 66)

Cecília Meireles, desde a sua página no jornal, reflectiu sobre esta aspiração de criar "livros para crianças" – e consequentemente "organizar criteriosamente uma biblioteca infantil" – ou seja, "lutar" (como Cecília Meireles com frequência escreve). Aliás, o propósito já é antigo nela, vem desde 1923, ano em que edita o seu primeiro livro para crianças: Criança meu amor. Na "Página da Educação", tece considerações sobre o que se poderia considerar literatura infantil e sobre os "vícios" em que incorriam os autores que escreviam livros "dedicados às crianças". Asseverava que eram de qualidade duvidosa e não se isentou de escalpelizar alguns autores (Selma Lagerlöff, Olga Monteiro Barros, Constâncio C. Vigil, Monteiro Lobato, entre outros), nem se isentou de comentar a literatura de "países latinos, como Argentina, Bolívia, Uruguai, Colômbia e Portugal" – sobre este último país, Jussara Pimenta comenta a presença de Ana de Castro Osório em terras brasileiras, referindo que dois dos seus livros (Lendo e aprendendo e Uma lição de história) foram adotados como "manuais didácticos" nos estados de Minas Gerais e São Paulo (p. 70) –, mas essas páginas foram essencialmente uma tribuna de defesa das bibliotecas (e de incentivo da leitura) fixas e ambulantes, escolares e públicas, onde a

literatura infantil pudesse ser usufruída. Esses propósitos entroncaram nas preocupações de inúmeros intelectuais (Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Fernando Peixoto, Anísio Teixeira, etc.), constituindo-se como indelével reivindicação. A partir de 1928, o Distrito Federal do Rio de Janeiro, é, segundo Fenando de Azevedo, "o foco mais intenso de irradiação das novas ideias e técnicas pedagógicas", inaugurando-se (ainda de acordo com o mesmo autor, citado por Jurassa Pimenta) "uma fase nova de história da educação nacional". (p. 75) Com uma vertigem inusitada, implementa-se "uma verdadeira renovação das técnicas e dos processos escolares, que repercutiu em outros estados brasileiros" (p. 75), prevendo-se privilegiar a "função social da escola", o "seu enriquecimento interno" e o "alargamento do seu raio de acção". O plano de edificação de "novos prédios escolares", previa a "inclusão de gabinetes dentário e médico, laboratório, biblioteca e museu escolar", com o objectivo de desenvolver no aluno "o poderoso instrumento de transformação social" e o "verdadeiro sentido da vida" – como enfatiza Fernando de Azevedo –; a educação integral é o pressuposto dessa refundação pedagógica e a criação de "espaços culturais na escola" (música, desenho, trabalhos manuais, dança e teatro) possibilitou a incorporação das artes – como, com extrema acutilância, sublinhou o mentor da reforma – "no sistema de educação popular como um dos principais factores educativos e uma das mais poderosas forças de acção de equilíbrio e de renovação da colectividade". (p. 76) Jussara Pimenta analisa com rigor o protagonismo de Fernando de Azevedo e do seu sucessor Anísio de Teixeira, socorrendo-se sempre da tutelar (mas amical) presença de Cecília Meireles (p. 76 et seq.), dedicando um olhar muito rigoroso à preocupação em "fazer chegar leituras, livros e bibliotecas a todos" (p. 82), que culmina com a experiência da Biblioteca Infantil, que, na utopia ceciliana, não "seria uma simples reserva de livros catalogados e dados a ler às crianças", mas sim um "local de encantamento e pesquisa, um órgão cooperador da educação primária" – um "Centro de Cultura Infantil" –, em suma, o "Bureau da Criança, digamos assim". (p. 102) A inauguração desse espaço é elogiosamente recebida; as laudas sucedem-se, enfatizando a tônica que a "pedagogia moderna compreendeu o crime positivista do assassínio da ilusão". (p. 102) Cecília Meireles, com

base nos resultados do inquérito, que tinha realizado em 1931, que lhe permitiu estabelecer as "prioridades literárias da futura clientela" (p. 108; 110), elabora a "selecção e constituição do acervo da biblioteca infantil, "com base em doações, de particulares (da própria Cecília, de Ana de Castro Osório, etc.) e de editores, e aquisições (através de uma "verba da própria biblioteca"). (p. 111-112) A biblioteca era constituída por nove seções (a "biblioteca propriamente dita", com 720 obras; a de gravuras, com 2.781 unidades, "compreendendo toda a documentação gráfica relativa ao Brasil: história, arte, ciência, trabalho, etc."; a de cartografia, que incluía globos, mapas vários, plantas topográficas, bandeiras, etc.; a de recortes, constituída por 23 álbuns, "similares a uma enciclopédia", e responsável pela edição de A gazetilha, "jornal mural de informação diária"; a de selos e moedas; a de música e cinema, que "possuía um aparelho Pathe Baby, rádio, radiola e discos"; a de actividades artísticas, "como hora do conto, arte dramática, etc."; a de propaganda e publicidade, responsável por estabelecer a comunicação da biblioteca infantil com as escolas e o público em geral:

> [...] editando um Boletim mensal, e, a última secção, a de observação e pesquisa). Em finais de 1937 contava com cerca de 1500 leitores assíduos, e em outubro o Estado Novo fecha a Biblioteca. As aventuras de Tom Sawyer, de Mark Twain, parecem ter sido o pretexto; o autor era considerado pela Censura persona non grata e o livro tinha "conotações comunistas (p. 122 et seq.).

Passados uns tempos, o Pavilhão Mourisco (onde estava instalada a biblioteca infantil) é um "posto de colecta de impostos". As reacções nacionais e internacionais foram veementes, mas nada demoveu a companha persecutória que "teve seu início em maio de 1936, quando foi instaurado um inquérito sobre actividades comunistas no Instituto de Educação" (p. 127), mas cujos sinais emergiam já em 1935 com uma "campanha de difamação contra a pessoa e a obra de Anísio Teixeira" (p. 119), que apanhou desprevenida uma Cecília Meireles regressada de uma viagem a Portugal. (p. 118) O novo regime político fechou todas as "bibliotecas organizadas durante a administração de Anísio Teixeira".

Apesar de fugaz, a experiência da biblioteca infantil do Pavilhão Mourisco foi fonte de inspiração para o replicar do seu modelo, entre finais dos anos 30 e início dos anos 50, em São Paulo e na Baia, e terá sido um forte pretexto para a criação da primeira Escola de Biblioteconomia, em 1937. O seu pioneirismo é um incontornável legado, marcando pela inovação um incontornável momento que alimentou a "acção de educadores das gerações seguintes" (p. 136-137) na senda de "um humanismo infantil", para glosar a própria Cecília Meireles.

A incursão sócio-histórica de Jussara Pimenta marca um momento capital no percurso da literatura infantil brasileira: é, por um lado, um tempo de redescoberta da arte de narrar para as crianças, e, por outro lado, a necessária ousadia para democratizar a leitura (e por extensão a educação popular). Aqui, reside, a pertinências do estudo.

Notas

1) Uma excelente e pertinente sinopse sobre a primeira República e a dinâmica da ABE, encontra-se no livro de Marta M. Chagas de Carvalho, A escola e a república (1ª impressão, editora brasilense, São Paulo, 2011; edição original de 1989).

2) Devem-se ao historiador brasileiro Carlos Henriques de Carvalho, algumas incisivas análises sobre a figura do intelectual católico Alceu de Amoroso Lima.